

Sarney luta contra parlamentarismo

Dos enviados especiais

O presidente José Sarney informou ontem que o governo pretende influenciar os constituintes para que adotem o regime de governo presidencialista. "Eu acho que não se pode mudar o regime sem que pelo menos o presidente da República tenha alguma participação através das forças políticas" — afirmou Sarney, em Barretos, Nordeste de São Paulo, onde foi participar da Festa do Peão de Boiadeiro. "Devemos participar de discussão. Tenho a experiência de um homem público que já passou 27 anos no Parlamento e que, portanto, sabe de todos os mecanismos pelos quais podemos chegar a ter uma consolidação institucional".

A visita de Sarney a Barretos foi o segundo teste de popularidade do presidente desde os incidentes do Rio de Janeiro, há um mês. Sarney recebeu aplausos comovedidos de cerca de cinco mil pessoas, sem nenhuma manifestação contrária. Há duas semanas, o presidente também foi aplaudido em Delmiro Gouveia (AL). A maior parte do público em Barretos era composta de estudantes e esportistas. Os organizadores da festa pretendiam armar um trampolim para que Sarney começasse a retomar sua popularidade na cidade.

"Nós sentimos que a tempestade passou e o barco caminha no rumo firme do grande futuro da nossa pátria" — declarou o presidente em seu discurso na Festa do Peão de Boiadeiro.

deiro. "Com o Plano Bresser, um novo clima toma conta do nosso país. Atravessamos o semestre negro que tantas frustrações nos trouxe, e ninguém mais do que o presidente sofreu com esses tempos que nós passamos. Um clima novo toma conta do País. Não há euforia, mas há confiança, há disposição de seguir em frente, já sabendo quais foram os erros que nós cometemos e já sabendo os caminhos que devemos andar."

FESTA

O presidente Sarney desembarcou em Barretos, a 420 quilômetros de São Paulo, às 9h10, acompanhado de dona Marly, de cinco ministros de Estado, 20 deputados e um senador. O governador Orestes Quércia aguardava-o à porta do avião. Os ministros eram Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Bayma Denys, da Casa Militar, Abreu Sodré, das Relações Exteriores, Iris Rezende, da Agricultura, e Almir Pazzianotto, do Trabalho.

Os cerca de 500 militantes do PT local pretendiam fazer uma manifestação contra o arrocho salarial, mas o secretário paulista do Interior, Ues Rezek, prefeito licenciado de Barretos, conseguiu convencê-los a desistir da idéia para que o prefeito Milton Ferreira reivindicasse a Sarney, sem problemas, a transformação da Fundação Educacional de Barretos em universidade federal.

O governador Quércia aproveitou a presença de Sarney para assis-

nar, com os 16 prefeitos da região, um convênio de municipalização do atendimento hospitalar.

Fazendeiros e militantes da União Democrática Ruralista (UDR) participaram da organização da Festa do Peão de Boiadeiro, promovida por um clube local. Foi o deputado federal Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) quem convenceu Sarney a participar da festa. Em abril do ano passado, o presidente também esteve em Barretos, visitando uma exposição de animais.

O presidente assistiu, ontem, a demonstração de danças folclóricas e a um rodeio. Em seu discurso aos fazendeiros, Sarney creditou a Deus o crescimento do País este ano: "Deus sabe proteger o Brasil. No ano passado, tivemos uma grande frustração de natureza econômica. E Ele, para compensar, nos deu a maior safra agrícola. Para quê? Para que o Brasil continuasse a crescer este ano".

O presidente Sarney embarcou às 13 horas no Boeing presidencial de volta a Brasília. Antes, em entrevista coletiva, defendeu a adoção do sistema presidencialista de governo pela Constituinte. "Não podemos ter a separação entre o chefe de Estado e o chefe de governo, mas devemos ter um Congresso atuante, participativo e que tenha condições de também participar do governo" — enfatizou.

(Hugo Stuardt e Carlos Alberto Nonino)



Depois dos incidentes no Rio, Sarney volta ao meio do povo. E é bem recebido

"A tempestade passou"

Os principais trechos do discurso do presidente na Festa do Peão de Boiadeiro são os seguintes: "Aqui estão reunidas pessoas, não apenas de toda esta região e de todas as partes do Brasil, mas aqui também existem pessoas de vários pontos da América Latina. Quero dizer que estar em São Paulo para mim é sempre um grande prazer renovado. Aqui é o lugar onde o Brasil nunca perde seu vigor e o seu entusiasmo. São Paulo, esta fonte permanente, esta máquina de trabalho, que tem sido um exemplo para o povo brasileiro. E aqui em São Paulo cada vez mais nos sentimos, não somente o presente deste país, mas o futuro do Brasil, porque São Paulo, como se diz, não é somente a locomotiva do Brasil. Ele é, sobretudo, um exemplo para os brasileiros. Exemplo de trabalho, exemplo de confiança e um grande exemplo humano. A paisagem humana de São Paulo representa hoje uma paisagem humana de todo o Brasil, porque para cá têm convergido, não somente os olhos do País, mas muitos brasileiros, que, de todos os estados, aqui encontram aquele ambiente da sua casa para construir sua família em busca da sua felicidade. Este Estado sempre se destacou por grandes realizações. Barretos, que ontem completou 133 anos; 133 anos dedicados à pecuária e à agricultura, é o melhor exemplo da vocação paulista para o trabalho e para a produção".

a Ele. E eu disse naquele instante: Deus sabe sempre proteger o Brasil. Ano passado, nós tivemos uma grande frustração de natureza econômica e Ele, para compensá-la, nos deu a maior safra agrícola. Para quê? Para que o Brasil continuasse a crescer este ano graças à produção agrícola que nós tivemos no ano passado.

"A produção agrícola é necessária, é essencial para a humanidade, porque combate a fome no Brasil e no mundo, e combater a fome não pode ser feito senão com a ampliação da oferta de alimentos. Temos, ao mesmo tempo, procurado realizar a justiça no campo, dirigindo nossas políticas aos mais pobres, aos que não têm terra, aos

pequenos proprietários, aos médios proprietários, aos grandes proprietários, sobretudo prestigiando as iniciativas produtivas e também procurando dar respaldo à área de educação, de saúde e de previdência. O governo tem também procurado apoiar os municípios e as iniciativas comunitárias."

"Brasileiras e brasileiros de Barretos, Aqui sabemos do que o Brasil é capaz. Nesta região constatamos o alto nível de desenvolvimento alcançado pela pecuária brasileira. Ao encontrarmos aqui conjugadas a coragem do peão boiadeiro e a tenacidade do homem do campo. Com essas qualidades e virtudes nós há como descrever da capacidade do Brasil em vencer todos os seus desafios. Sou hoje uma testemunha da confiança que as mulheres e os homens desta terra depositam em nosso país. Desde o dia em que assumi o governo não tive noite nem dia que não fosse de preocupações e de dedicação ao trabalho com um único objetivo, do cumprimento do meu dever. Com um único objetivo de, terminada meu mandato, voltar para casa de cabeça erguida, sabendo que dei tudo de mim em favor do povo brasileiro."

"Com o novo Plano Bresser e com o plano econômico um novo clima toma conta do nosso país. Atravessamos um semestre negro, que tantas frustrações nos trouxe. Que ninguém acredite que mais do que o presidente possa ter sofrido por estes tempos que nós passamos. Um clima novo toma conta do País. Não há euforia mas há confiança, há disposição de seguir em frente já sabendo quais foram os erros que nós cometemos e já sabemos os caminhos que nós devemos andar e os caminhos por onde não devemos andar. Não o pessimismo ou o otimismo, mas a visão realista de que o Brasil não só tem um grande futuro, mas começa a realizá-lo agora."

"Saio daqui, portanto, animado e confiante não apenas no nosso futuro, mas também no nosso presente. E posso dizer, juntamente com o povo brasileiro aqui reunido, representado pelas brasileiras e brasileiros desta região, que nós sentimos que a tempestade passou e que o barco agora caminha no rumo firme do grande futuro de nossa pátria."



José Sarney

O presidente aposta no plenário da Constituinte

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney não conseguiu convencer o deputado Bernardo Cabral a retirar o parlamentarismo do substitutivo apresentado ontem e decidiu apostar na superioridade que os presidencialistas, na sua opinião, têm no plenário da Assembleia Constituinte. "O governo não impõe nada na Constituinte e acredita que o voto é o mecanismo adequado numa democracia", afirmou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que participou da reunião mantida anteontem, no Palácio da Alvorada, entre Sarney e Cabral.

Nessa reunião, Sarney chegou a avançar um pouco na sua argumentação, sugerindo o parlamentarismo como um sistema de governo para o futuro, "quando o Brasil tiver uma estrutura partidária definida e uma democracia estável". Segundo o presidente, a sua divergência com o parlamentarismo é "circunstancial".

pois o considera "um regime puro". Cabral, no entanto, rebateu todas as ponderações afirmando que seu substitutivo encontrava sustentação nas sugestões dos estados, nos trabalhos efetuados pelas comissões (numa referência ao parecer do senador José Fogaça, do PMDB gaúcho) e nos estudos efetuados pela "comissão dos notáveis", que tinha à frente o senador Afonso Arinos de Mello Franco.

De acordo com o chefe da Casa Civil, a participação do presidente Sarney nessa discussão não deve ser interpretada como uma interferência. "O governo tem o direito de sugerir, de transmitir seus pontos de vista", disse, acrescentando que a Constituinte é soberana para decidir um plenário, "assim como o relator Bernardo Cabral estava livre para sugerir o que quisesse". Costa Couto informou ainda que, na reunião no Alvorada, Sarney não recebeu uma cópia do substitutivo, e que até o início da noite de ontem o presidente não tinha conhecimento de todo seu teor.

Insegurança de Cabral irrita partidos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Parlamentares do PMDB, do PFL, do PDS, do PT, além do presidente Nacional do PC do B, João Amazonas, criticaram ontem a insegurança do relator da comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que até a entrega do substitutivo não revelava a maneira de suas informações, sujeitando-se a alterar os temas ao sabor das conversas e das pressões.

Ontem, pouco antes do meio-dia, Bernardo Cabral reuniu-se com representantes dos partidos de esquerda e do MUP (Movimento de Unidade de Progressista), do PMDB e confiou que antontem teve uma conversa "dura, muito difícil", com o presidente Sarney.

Em nome dos grupos de esquerda — PT, PDT, PCB, PSB, PC do B — o deputado Bernardo Monteiro (líder pedetista) chamou a atenção do relator pela discriminação. Disse-lhe o líder do PDT que ele pode conversar e discutir o projeto com o presidente da República, mas não pode deixar de ouvir os constituintes, que vão definir o novo texto da Constituição.

Indagado se Bernardo Cabral tem o direito de debater o projeto da Constituição com o presidente Sarney, João Amazonas, comentou: "Não se trata de direito. É questão de direita".

Sarney, "furioso" decide não falar

O presidente José Sarney planejou não falar mais com jornalistas durante suas visitas ao interior do País, segundo confidenciou, ontem, em Barretos, o secretário de Comunicação do Palácio do Planalto, jornalista Getúlio Bitencourt.

De acordo com Bitencourt, Sarney está "furioso" com a imprensa que só publica suas entrevistas e não dá nenhum espaço às visitas e festividades no interior. A solução imaginada pelo presidente e o secretário é não mais falar com jornalistas, para que eles só tenham a visita, em si, como assunto.



'Constituição pode durar pouco'

"A nova Constituição corre o risco de ser a que menos vai durar, em nossa história, caso consagre o sistema parlamentarista. Se promulgada tal como estabelece o atual projeto, ficará prejudicada e comprometida, passando a ser contestada a partir do ano que vem. O resto será imprevisível."

A declaração é do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, para quem o Brasil não está preparado para o parlamentarismo, e, muito menos, para o sistema misto que se tenta impor. Se adotado esse sistema, não demorará muito para que comece campanha nacional pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Disse o ex-vice-presidente da República a O Estado e ao Jornal da Tarde que o sistema parlamentarista, tal como está posto, choca-se com a índole, a cultura e a tradição republicana do povo brasileiro. Com todo o respeito que tem pelos constituintes, a quem rende permanentemente homenagens, acentuou que as lições do passado não podem ser esquecidas. Em 1961 foi assim mesmo: os militares quiseram reduzir os poderes do presidente da República e os políticos, em poucas horas, mudaram o sistema de governo. A opinião pública ficou contra, os políticos logo se desiludiram e o resultado, além do não funcionamento do sistema, foi a crise. Hoje, ironicamente, assiste-se não os militares, mas os políticos, pretendendo diminuir os poderes do presidente da República, e, por isso, apelar para a mesma solução inviável.

"Existem parlamentaristas convicts, idealistas e dogmáticos", acrescentou Aureliano, "mas muitos dos que se inclinam pela mudança do sistema de governo o estão fazendo simplesmente para atingir o presidente José Sarney. Talvez lhes tenha faltado coragem para defender o mandato de quatro anos, e, assim, agem por via transversa. Mas comprometem o regime e a própria Nova República, com sua ação."

Em suas palavras, o bom senso precisa prevalecer, isto é, o presidencialismo deve continuar. O que não significa um Congresso fraco e despojado de poderes.

Aureliano Chaves não vê como a Assembleia Nacional Constituinte possa agir desvinculada do sentimento nacional, de um lado, e das tendências específicas de cada segmento social, de outro, naquilo que lhes diz respeito. Soberania e liberdade são predicados indissociáveis do trabalho constituinte, mas não excluem uma ligação direta com os anseios nacionais. "Num exemplo: discute-se a anistia para militares cassados e uma das propostas prevê o pagamento dos atrasados e a reincorporação de todos ao serviço ativo. Trata-se de um exagero, especialmente do segundo item. As Forças Armadas já se manifestaram a respeito, através de seus ministros, alertando para as dificuldades que adviriam da aprovação da matéria, como se encontra. Os constituintes decidirão contra a tendência castrense? Seria um erro, pois devem decidir de acordo com os segmentos interessados. A mesma coisa com relação ao Judiciário."

rio: deputados e senadores fariam reformas sem perscrutar o sentimento, as opiniões e as observações da magistratura?

O que tem havido no Brasil, para ele, em termos de sistema de governo, é a exacerbação dos poderes da Presidência da República. Trata-se de um fato, capaz de ser corrigido agora. Por conta dessa exacerbação, no entanto, acabar com o presidencialismo equivale a erro profundo. Acusa-se o presidencialismo de responsável por sucessivas crises, golpes e convulsões. Não é correto. Convulsões, golpes e crises aconteceram no Império, quando estava em vigência o parlamentarismo. Aquele sistema de governo não conseguiu evitar a proclamação da República. No mundo, continua Aureliano, as experiências parlamentaristas não servem de parâmetro para nós. Afinal, na Escandinávia, na Inglaterra e na Espanha, existe a monarquia. A chefia de Estado fica entregue a um monarca, não a um representante eleito indiretamente, como aconteceu na Alemanha e na Itália, com suas peculiaridades. No Brasil, querem impor um parlamentarismo onde o presidente da República não será eleito pela Câmara dos deputados, mas, diretamente, pelo povo. Trata-se de uma temeridade, em seu entender. Nesse presidente, provavelmente escolhido por mais de 40 milhões de votos, concentrar-se-ão as esperanças nacionais, mas, ao tomar posse, ele precisará reconhecer estar de mãos atadas. A frustração social virá como consequência imediata e perigosa.

Carlos Chagas

A estratégia do Planalto

CARLOS CHAGAS

Está definida a estratégia para evitar a adoção do parlamentarismo ou do sistema misto de governo na nova Constituição. Enquanto o presidente José Sarney dedicará as próximas semanas a convocar e conversar com parlamentares, isoladamente ou em grupos, tentando convencê-los da inoportunidade da mudança do sistema de governo, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel mobilizarão suas forças na Comissão de Sistematização para ver apresentada e aprovada emenda que mantenha o presidencialismo. Esperam os presidentes do PMDB e do PFL que na nova redação do projeto de Constituição, a sair da Comissão de Sistematização para o plenário, após 17 de setembro, esteja consagrado o presidencialismo. Com isso, os parlamentaristas precisarão mobilizar 279 votos constituintes, no plenário, para obter sucesso em sua tese. É importante, para os presidencialistas, evitar a equação oposta, ou seja, ficar muito mais difícil, para eles, retirar o capítulo parlamentarista do texto, se ele for encaminhado para votação no plenário.

Na Comissão de Sistematização, nas próximas três semanas, será travada a grande batalha. Por informações recolhidas no comando do PMDB e do PFL, dos 93 integrantes dessa comissão, 54 tendem para a preservação do presidencialismo. O trabalho, agora, será de buscar, nas mais de 20 mil emendas apresentadas, uma que satisfaça as necessidades e os interesses majoritários. Ou, então, de redigir um texto novo, que manterá o sistema presidencialista e, ao mesmo tempo, contemplará o Congresso com vasta soma de poderes e prerrogativas.

Começam a se movimentar, assim, a partir das últimas 24 horas, os setores empenhados na preservação do presidencialismo. Reunido com o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, o presidente José Sarney passou boa parte da tarde e da noite de terça-feira examinando a situação. Já era conhecido aquela hora o capítulo referente ao

sistema de governo, do projeto que o relator Bernardo Cabral apresentou ontem. Nete, é instituído o parlamentarismo, mas de forma mista, apesar das negativas formais. Sarney não gostou, chegou a irritar-se e convocou Bernardo Cabral ao Palácio do Planalto. Foi inútil, o parlamentarista amazonense não mudou de ponto de vista. E parlamentarista por convicção, mesmo tendo feito as concessões que, para o presidente, tornam o pretendido sistema de governo um desastre.

Pelo texto que agora se tentará mudar na Comissão de Sistematização, o presidente da República passa a chefe de Estado, mas continua sendo eleito diretamente, transformando-se numa espécie de rainha da Inglaterra singular: será o repositório das esperanças populares mas nada poderá fazer. Um primeiro-ministro chefiará o governo, indicado pela maioria da Câmara dos Deputados. O presidente detém o comando supremo das Forças Armadas, mas os ministros militares serão indicados pelo primeiro-ministro. Da mesma forma, ao chefe de Estado caberá a designação do presidente e dos diretores do Banco Central, mas, ao chefe de governo, a condução da política econômico-financeira.

Só essas três contradições bastariam para caracterizar o sistema misto, não o parlamentarismo clássico, mas há outras. Por isso, Sarney e os principais dirigentes partidários não aceitam a mudança e tentaram obstá-la.

Ulysses Guimarães, como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, não pode participar diretamente da luta. Está impedido, por exemplo, de apresentar emendas. Nem por isso deixa de se preocupar e de conversar, o quanto pode, alertando os companheiros do PMDB para o salto no escuro que significaria a alteração no sistema de governo. Para o parlamentarista paulista, a preservação do presidencialismo não impede a busca de maiores espaços para o Legislativo. Deveriam constar da emenda diversas inovações, entre elas: 1) o fortalecimento da Comissão de Fiscalização, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Essa comissão deveria possuir até poder de polícia para convocar quem precisasse ser con-

vocado, de ministros a altos funcionários, ou cidadãos de qualquer espécie cujo depoimento se tornasse necessário para esclarecer situações ligadas a escândalos, corrupção e sucedâneos. 2) As conclusões da Comissão de Fiscalização, como de todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, despachadas para o procurador-geral da República, deveriam ser obrigatoriamente encaminhadas ao Judiciário, sempre que deputados ou senadores recomendassem a abertura de processos judiciais para a punição dos culpados. 3) As comissões ordinárias da Câmara e do Senado deveriam adquirir mais poderes, à maneira do que acontece nos Estados Unidos, incluindo o poder de determinar o comparecimento de ministros, hoje facultativo. 4) Os requerimentos parlamentares de informações não poderiam deixar de ser respondidos pelo Executivo, sob pena de responsabilidade para quem não os atendesse. 5) Os vetos presidenciais a leis aprovadas pelo Congresso seriam apreciados não mais por dois terços do Congresso, mas pela maioria absoluta. Criar-se-ia, também, a figura do reexame dos projetos, a pedido do presidente da República, por maioria simples. 6) Ao Congresso caberia manifestar-se sobre os planos do governo, de maneira formal. 7) Poderia haver a censura parlamentar a ministros e altas autoridades do Executivo, como acontece no Uruguai.

Outras sugestões estão em pauta, começando a ser examinadas pelos presidencialistas. Para eles, o importante é manter na figura do presidente da República a chefia do Estado e do governo, sem a perigosa divisão da autoridade. Os presidentes do PMDB e do PFL não estão pessimistas, apesar de cautelosos. Acreditam dispor de maioria para impedir a aventura que será a adoção do parlamentarismo misto, e contam, até, com a divisão dos grupos que pregam o sistema parlamentar. Porque uns só aceitam o parlamentarismo clássico, outros têm dúvidas relativas à fórmula híbrida. O que se torna imprevisível, para eles, é interromper até 17 de setembro, na Comissão de Sistematização, a proposta que o relator Bernardo Cabral não quis ou não pôde interromper ontem.

Brasília Agência Estado